

## **EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Jovelina Macedo de Medeiros; FACIP/UFU – e-mail: [macedojovelina@yahoo.com.br](mailto:macedojovelina@yahoo.com.br)  
Astrogildo Fernandes da Silva Júnior; FACIP/UFU; e-mail:  
[silvajunior\\_af@yahoo.com.br](mailto:silvajunior_af@yahoo.com.br)

### **Resumo**

Este texto busca apresentar algumas reflexões sobre a educação do meio rural brasileiro, particularmente sobre suas histórias, desafios e perspectivas. Este trabalho é resultado de uma monografia que está sendo desenvolvida no Curso de História da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia – FACIP/UFU. O objetivo geral da investigação, é apresentar o perfil da educação escolar no meio rural de Monte Alegre de Minas estabelecendo parâmetro de relação com a educação do Brasil na década de 1970. A proposta da monografia procura cumprir dois objetivos específicos: 1) Apresentar reflexões sobre a história da educação no meio rural brasileiro e a proposta da Educação do Campo; 2) Refletir sobre as especificidades da educação no meio rural no município de Monte Alegre de Minas nos anos de 1970-1980, particularmente na Escola Municipal Olímpio Vasconcelos. Nos limites deste artigo propõe-se apresentar algumas reflexões sobre a história da educação no meio rural brasileiro e sobre a proposta da Educação do Campo. Detém-se, inicialmente em um estudo bibliográfico sobre a temática referente a educação no meio rural e a Educação do Campo. O texto está organizado em três partes. Na primeira procurou-se compreender o significado do termo “rural” no atual contexto; na segunda registrou alguns aspectos da educação no meio rural brasileiro; na terceira discutiu sobre a proposta da Educação do Campo e registrou algumas considerações.

**Palavras-chave:** Educação rural; Educação do Campo; Monte Alegre de Minas.

### **Introdução**

No presente texto propomos apresentar algumas reflexões sobre a educação do meio rural brasileiro, particularmente sobre suas histórias, desafios e perspectivas. Este trabalho é resultado de uma monografia que está sendo desenvolvida no Curso de História da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia – FACIP/UFU.

O objetivo geral de nossa investigação, é apresentar o perfil da educação escolar no meio rural de Monte Alegre de Minas estabelecendo parâmetro de relação com a educação do Brasil na década de 1970. Neste trabalho delimitamos dois objetivos específicos: 1) Apresentar reflexões sobre a história da educação no meio rural brasileiro e a proposta da Educação do Campo; 2) Refletir sobre as especificidades da

educação no meio rural no município de Monte Alegre de Minas nos anos de 1970-1980, particularmente na Escola Municipal Olímpio Vasconcelos.

Nos limites deste artigo propomos apresentar algumas reflexões sobre a história da educação no meio rural brasileiro e sobre a proposta da Educação do Campo. Detemo-nos, inicialmente em um estudo bibliográfico sobre a temática referente a educação no meio rural e a Educação do Campo. Acreditamos que a pesquisa bibliográfica é fundamental, pois ninguém inicia uma pesquisa do marco zero. Dessa forma, empreendemos um estudo sobre pesquisadores que tiveram como meta compreender a educação no meio rural brasileiro e nos que propuseram o paradigma da Educação do Campo. Este trabalho será fundamental para refletirmos e dialogar sobre as especificidades da educação no meio rural de Monte Alegre de Minas.

Organizamos o texto dividindo em três partes. Na primeira procuramos compreender o significado do termo “rural” no atual contexto; na segunda registramos alguns aspectos da educação no meio rural brasileiro; na terceira discutimos sobre a proposta da Educação do Campo e registramos algumas considerações.

### **Conceitos sobre o “rural”**

Conceituar o termo “Rural” é uma tarefa que requer refletir que ele não deve ser analisado sem pensar dentro dos parâmetros da história. É um termo que pode não mudar de nome, mas a essência, o conceito sofre alterações ao longo da História. Partimos do princípio de que a história é feita de movimentos, tudo que está na história está sujeito a alterações. Logo, o Rural não está inerte às mudanças, no entanto o rural do início do século XX não é o mesmo no início do século XXI. Wanderley (2010) realiza um estudo sobre o rural, dando ênfase na abordagem sociológica, focaliza a questão das relações sociais estabelecidas dentro do meio rural. A autora nos apresenta as relações que são estabelecidas de grupos sociais e sujeitos, os quais fazem parte destes, analisa o meio rural reforçando a questão de que a grupos sociais que estão presentes no meio rural, de um lado, “arcaicos” (herdeiros do antigo regime), e de outro, os modernizantes e a sua atuação dentro desta sociedade, e a sua responsabilidade com as nuances ocorridas dentro dele. Para Wanderley (2010), neste meio não ocorre tantas mudanças devido ao fato de grupos “arcaicos” imporem um certo limite para certas transformações, evoluções, pois os sujeitos que fazem parte deste grupo não estão habilitados a aceitarem uma certa modernização do meio rural, mas eles próprios se vem

obrigados a aceitar algumas mudanças, ou quando estas são convenientes. No primeiro caso a autora Wanderley revela um fator: a pressão que o outro grupo realiza para a modernização do meio rural, e assim desta forma não há como ele permanecer inalterado. E também a outra questão o meio rural não se encontra totalmente isolado do urbano, pois há uma inter-relação entre o rural e o urbano.

Para Santos (2011), o rural compreende-se uma diversidade, pois não se pode caracterizar ele baseado em certos elementos como anteriormente, este espaço tem sofrido certas alterações. Como não se pode definir o rural em relação a certas atividades praticadas neste espaço, na atualidade este ato se tornou mais complexo. De acordo com o autor, as abordagens sobre o rural não são limitadas somente por atividades que estão diretamente ligadas ao trato com a terra, como a agricultura e a criação de animais.

Silva Júnior (2007), concorda com Santos (2011), para o autor o rural se alterou e não se enquadra em padrões predefinidos para o início do século XX. O rural é uma categoria histórica que se “transformou nos diferentes momentos, como um espaço diverso , plural nos aspectos sociais , econômicos , histórico e culturais”. Logo temos que refletir que o rural está passando por um processo de mudanças. Quanto a questão da economia, hoje verificamos uma variedade de atividades, algumas não poderiam ser correspondidas por atividades do oriundas deste espaço, obedecendo uma completamente capitalista, a qual muitas vezes contribui formar uma outra cultura nos sujeitos que vivem no campo.

Os estudos sobre o “Rural” levou-nos a compreender que o mundo rural, no atual contexto, não corresponde mais a uma organização em torno de uma tetralogia: função principal de produzir alimentos; uma atividade econômica dominante, que é a agricultura; um grupo de referência, que é a família rural com modos de vida, valores e comportamentos próprios; um tipo de paisagem, que reflete o equilíbrio entre as características naturais e o tipo de atividade humana desenvolvida. O mundo rural é maior que o mundo agrícola. Cada vez mais, este espaço vem sendo valorizado como produtor de bens tangíveis, como a paisagem e o lazer, ao lado dos tradicionais produtos agropecuários e de novos produtos agrícolas, como a criação de animais exóticos, cultivo de flores raras etc. Nesse sentido, consideramos fundamental que as pesquisas acadêmicas busquem problematizar a relação entre a diversidade do meio rural brasileiro e os processos educativos que aí se realizam.

## **História sobre a educação no meio rural brasileiro**

A Educação no meio rural brasileiro pode ser analisada por alguns momentos específicos datados, dessa forma, pretendemos refletir a respeito deste processo detendo em alguns períodos, os quais se efetivaram a mudanças em relação a educação no meio rural.

De acordo com Leite (1999), a educação no meio rural sempre ficou relegada à segundo plano, pois só passa a ser discutida em âmbito legal, após a Proclamação da República, mais especificamente na Constituição de 1891 . Para o autor a “República é educadora”, mas apesar deste perfil a educação no perímetro rural permaneceu descontínua, desorganizada como sempre fora. Para as autoras Borges, Bispo, Pinheiro, e Rezende e Silva (2010) a educação rural recebeu certa visibilidade neste momento devido a Proclamação da República em 1889 que visionava um projeto reconstrução do país, e se tinha uma mentalidade que a educação seria o passaporte para o país alcançar o progresso. Devido a este fator os políticos começam a pensar na alfabetização da sociedade.

Como a República caracterizada por uma mentalidade positivista e cientificista, tinha como meta o progresso, o qual era sinônimo de modernidade e urbanização, e não poderia ser dissociada da industrialização. Em consequência disso, verificamos o crescimento das cidades, e conseqüentemente da população, o que se tornou preocupante. O que este fato se faz interessante para a educação rural? É a partir deste momento que se começa a se ter uma preocupação com a educação rural, pois se acreditava que ela fosse capaz de manter o homem do campo neste lugar. Segundo Maia (1982), a educação rural recebeu tinha a missão de procurar manter o homem no meio rural, ou seja, evitar o êxodo rural.

De acordo com Leite (1999), a educação rural só passou a ter certa visibilidade quando o governo percebeu o processo de migração se intensificando nos anos de 1910 e 1920, pois neste momento, segundo o autor, houve uma grande número de rurícolas deixando o campo. Maia (1982) afirma que neste período a migração rural-urbana chegou a tal ponto que os políticos da época encararam como sendo um problema social a ser resolvido no país. A maior preocupação era manter o homem no campo é nesse contexto que surge a proposta do “Ruralismo Pedagógico” no campo. De acordo com a

autora, propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalista, cujo objetivo maior era promover a “fixação” do homem no campo. (MAIA, 1982, p.27).

A proposta do ruralismo pedagógico tinha como sua principal meta a permanência da população rurícola no campo. Para Bispo, Borges e Pinheiro (2010) nesta perspectiva de ensino os professores seriam responsáveis por tornar o ensino eficaz para fornecer condições para que o homem permanecer no campo, e se tornar convicto de seu modo de vida.

Para Silva Júnior (2009), a Velha República defende a criação das escolas rurais com a intenção de legitimar o seu poder, e conjunto com a conservação do prestígio das oligarquias. Essas escolas receberiam a função de combater a “ignorância” no campo, e para resolver o problema do analfabetismo no campo, na forma de medida imediata. Porém permanecia o descaso com a infra-estrutura destas escolas e sem nenhuma preocupação com a formação do professor para atuar nesta realidade.

De acordo com Araújo (2006), só a partir de 1930 ocorreram projetos voltados para a formação de professores para o meio rural. Segundo a autora, no Ceará, foi fundada a primeira Escola Normal Rural do Brasil. Juazeiro do Norte foi o município pioneiro, com o papel de levar a “luz” do conhecimento para as terras secas dos campos cearenses. A fundação de uma escola de formação docente para o meio rural era a resposta que se dava aos discursos em defesa de uma ação educadora que atingisse os sertões cearenses, amparadas por educadores como Lourenço Filho e Sud Menucci. Conforme a autora, na prática, a educação no meio rural em quase nada foi alterada.

Nesse contexto, no Estado de Minas Gerais, fortalece o debate que defendia o dualismo na educação mineira. A proposta era de um modelo de escola para cidade e outro para o meio rural. Para o meio rural havia dois diferentes posicionamentos: um grupo defendia que a escola rural deveria ensinar a ler e a escrever nos dois primeiros anos e nos dois anos seguintes se deter em ensinar técnicas agrícolas. O outro grupo propunha que a escola tivesse um calendário adaptado ao meio rural, mas que ensinasse o mesmo conteúdo ensinado no meio urbano. Assim como no restante do Brasil, a preocupação era diminuir o êxodo rural.

De acordo com Silva Júnior (2009), a preocupação não era com um ensino de qualidade nas escolas rurais mineiras, mas com a evasão do campo e suas consequências. O intuito era formar um cidadão “civilizado”. Segundo (Silva ET AL., 2011), a educação escolar, no meio rural de Minas Gerais, nos anos de 1930 tinha a

função de ensinar hábitos de higiene e outros valores. Aprender a ler e escrever ficava relegado a segundo plano.

O debate sobre a educação no meio rural brasileiro se fazia cada vez mais urgente e necessário, esperava-se que a Constituição de 1934 garantisse alguns avanços, mas, segundo Leite (1999), a Lei não possibilitou muitos avanços para a educação do campo.

Evidenciamos que a educação, no meio rural não se constituiu historicamente em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada no Estado brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso, de forma geral, às política e aos serviços públicos.

No processo de tramitação da LDB 4024/61, os debates a respeito da responsabilidade do Estado para com a Educação foram acirrados, porém não foram suficientes para garantir um maior número e qualidade de escolas no meio rural. Destacamos o único artigo que referia à questão das escolas rurais, segundo o artigo 57: “A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio”. (BRASIL, 1961, p.9). Mais uma vez, a especificidade do campo foi desconsiderada, pois, em toda a Lei, esse foi o único artigo que fez referência ao meio rural, porém de forma muito generalista.

De acordo com Leite (1999), com a negligência do Estado em relação às escolas rurais, as próprias comunidades se organizaram para criar escolas e garantir a educação de seus filhos. Para isso, algumas vezes, contou com o apoio da Igreja, de outras organizações e de movimentos sociais comprometidos com a educação popular. Tais iniciativas foram abortadas com o golpe militar de 1964, vários líderes foram presos e exilados. Podemos citar como exemplo o exílio do educador Paulo Freire, que teve a carreira interrompida no Brasil, a partir de 31 de março de 1964. Acusado de subversão, Paulo Freire passou 72 dias na prisão e, em seguida, partiu para o exílio. No Chile, trabalhou por cinco anos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária – ICIRA -. Neste período, escreveu sua obra: *Pedagogia do oprimido* (1968).

A educação rural como o golpe Militar sofre um retrocesso, pois a lei nº 5.692/1971 sequer mencionava a educação rural, as preocupações referentes ao ensino neste período se constituíam em moldar um cidadão que conviesse aos interesses do governo vivente durante neste momento. Neste sentido, prevaleceu

a utilização do processo escolar, em todos níveis de escolaridade, como meio de propagação, divulgação e penetração do ideário nacionalista-militar do Estado, isto é, fazendo prevalecer a ideologia empresarial-estatal; controle político –ideológicos –cultural. (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 205)

Portanto, o ensino neste momento foi utilizado como instrumento de propagação de ideais da Ditadura Militar, e tinha como meta formar uma sociedade, a qual estivesse calcada na ideologia proposta por este governo. Como o sujeito deveria aderir as propostas deste governo, a lei 5.692/71 previa uma das mudanças ensino do ensino seria um ensino direcionado para a formação para o trabalho, o qual contribuiu para o elitismo no processo escolar. Logo o ensino neste momento se tem é focado na preparação de um sujeito trabalhador, e não se preocupa na construir um cidadão capaz de buscar seus direitos, no entanto este ensino esta longe da pensar a realidade que cerca o aluno rural. Segundo Leite a lei 5.692 não respeita a diversidade do campesinato no Brasil,

a Lei 5.692, distancia da realidade sociocultural do campesinato brasileiro, não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais nem mesmo cogitou possíveis direcionamentos para uma política educacional destinada, exclusivamente, aos grupos campestinos. (LEITE , 1999, p.47).

Silva Júnior (2009) concorda com Leite (1999) a respeito que a lei 5.692/71 desconsidera aos sujeitos rurícolas, pois está centrada em preocupações formação de um ideário nacionalista-militar, e um ensino no qual se formassem sujeitos aptos para contribuir com os interesses de desenvolvimento do país. Para os autores, a LDB 5.692/71 não proporcionou conquistas para o ensino rural. A partir dos anos de 1970, as reações ao autoritarismo implementado pelo regime militar cresceram. Outras possibilidades para a educação rural começaram a ser pensadas sob uma perspectiva crítica, situadas no campo da educação popular e a educação de jovens e adultos. As discussões acentuaram-se com o debate e a aprovação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9.394/96), que no artigo 28 propõe:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente :

- I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural ;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação á natureza do trabalho na zona rural .( BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art.28).

A proposta do artigo 28 não é contemplada nas leis referentes a ensino no meio rural anterior a ela, e podemos considerar esta lei como conquista para o ensino rural, pois ela reconhece a que o campo tem suas particularidades. Logo os interesses dos alunos do campo podem ser díspares dos outros, os quais são pertencentes ao meio urbano. Outro fator que privilegia os alunos rurícolas e o fator da escola rural ter direito a um calendário próprio, o qual poderá contemplar os seus interesses (particularidades) é não ficar engessada a o calendário das escolas urbanas.

Mesmo frente aos avanços, as conquistas garantidas pela LDB 9.394/96, o que se verificou na prática é que poucas mudanças efetivaram-se. A escola rural continuou relegada a segundo plano, sendo um “arremedo” da escola urbana. Uma mudança que se efetivou nos anos de 1990 foi o processo de nucleação das escolas rurais. Antes as escolas isoladas eram marcadas pela precarização, pois era evidente a exploração do docente, pois além de mal remunerado, assumia a função de professor, faxineiro, diretor, coordenador, cozinheiro e secretário. A nucleação consistiu na união de pequenas escolas isoladas, nesse cenário as salas de aulas foram ampliadas, tanto no espaço físico, como em número de aluno, aumentou também a quantidade de professores. O que podemos perceber é que a nucleação contribuiu para diminuir alguns problemas, mas produziu outros: o cansaço devido ao longo tempo no caminho para a escola, o prejuízo no trabalho nas propriedades rurais, impossibilidade de integração em atividades extras no ambiente escolar, em razão da distância que separa residência e estabelecimento escolar, a falta de participação dos pais nas reuniões e diversos eventos promovidos pela escola, dentre outros. Todas estas questões instigam-nos a pensar em possibilidades de um novo modelo de educação no meio rural, é nesse sentido que apresentamos a seguir a proposta de um novo paradigma: a Educação do Campo.

### **A proposta do paradigma da Educação do Campo**

Após termos conceituado o termo rural e produzido um histórico da trajetória da educação rural no Brasil, neste tópico temos como objetivo apresentar e refletir sobre a proposta da Educação do Campo, no qual busca proporcionar um ensino voltado para o que é singular ao meio rural, evidenciando as particularidades. Logo, esta proposta tem como objetivo de contribuir para formar sujeitos com autonomia, capazes de exprimir a sua consciência. E, para discutir a Educação do Campo, dialogaremos com os seguintes



autores, Miguel G. Arroyo; Roseli S. Caldart; Bernardo M. Fernandes; Paulo R. Cerioli; dentre outros por meio da obra “Por uma educação do campo”.

Inicialmente levantamos algumas questões: Qual a diferença entre a proposta da Educação do Campo com a Educação rural? Como a proposta de Educação do Campo pode contribuir para a formação dos sujeitos que vivem no campo? Ao se tratar de educação no espaço (meio) rural temos que pensar nas necessidades e anseios (projeto de vida), sem se esquecer da realidade na qual o Estado os insere (projeto nação). Buscar meios para romper com as limitações, as quais são lhes impostas. O paradigma da educação rural segundo o autor Silva Júnior (2009) apoia-se em uma visão tradicional do espaço rural no País e não se propõe a fazer as inter-relações emergentes da sociedade brasileira, nem incorporar as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais, que exigem a valorização das especificidades do meio rural. Esse modelo de educação rural torna-se um instrumento de reprodução e expansão de uma estrutura agrária concentradora. Os trabalhadores rurais e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, e seus territórios não existem porque não são entendidos como territórios de vida, pois não pensam os sujeitos do campo, enquanto trabalhadores produtivos e capazes, e em seus territórios não há vida. Logo nesta perspectiva de ensino quando no máximo o que ocorre é uma adaptação do currículo urbano para as escolas rurais. Contraria a esta posição o Movimento Por Uma Educação do Campo denuncia o silenciamento e o esquecimento por parte dos órgãos governamentais em relação a educação efetivada no meio rural.

Após vários debates, protagonizados por sujeitos que vivem no campo, por movimentos que lutam pelo campo, como por exemplo, o Movimento dos Sem Terra - MST e intelectuais que tem como objeto de estudo a educação do campo, foi pensado o paradigma da Educação do Campo. A proposta compreende os sujeitos do campo, nas suas especificidades.

Estamos entendendo por *escola do campo* aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologia na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população. (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2004, p. 53).

A educação do campo busca compreender o campo em sua complexidade, ofertar uma educação que proporcione romper com a imagem homem do campo como atraso, o qual necessitaria de uma educação que lhe capacitasse exclusivamente para ler

as primeiras letras. Nesta perspectiva se visiona o rurícola enquanto sujeito que está inserido na realidade da sociedade moderna, o qual precisa de uma educação que valorize os seus ideais em relação as atividades econômicas seja elas quais forem, voltadas para setor agrícola, ou não objetivando ter sucesso e sobressair na sociedade contemporânea. A Educação do Campo também possibilita a formação dos sujeitos que vivem no campo, dessa forma, contribui para que estes lutem por melhores condições de vida, e valorização da sua cultura seus valores. De acordo com Arroyo, Caldart e Molina,

(...) a Educação do Campo nasce sobretudo de um outro olhar sobre o papel do campo em um projeto de desenvolvimento e sobre os diferentes sujeitos do campo. Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, políticos (2004, p.12).

É importante que a educação no campo se coloque na luta pelos direitos: direito ao saber, ao conhecimento, à cultura produzida socialmente. Arroyo, Caldart, Molina (2004) consideram a educação como direito do homem, da mulher, da criança, do jovem do campo. Para os autores, é fundamental que a educação pense o desenvolvimento levando em conta os aspectos da diversidade, da situação histórica particular de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas, os anseios dos que vivem no campo. Segundo Fernandes, Cerioli e Caldart,

Concordamos com a tendência pedagogia que critica a ênfase da escola na simples memorização de informações do aprender a aprender, o que significa aprender a transformar informações em conhecimentos ou em posturas diante de determinadas situações da vida. Mas tendo presente a realidade atual do campo, queremos enfatizar também a importância da escola como fonte de informações, atualizadas e diversificadas, para as comunidades do campo, como forma concreta de contribuir no seu desenvolvimento. (...) Nossos currículos precisam trabalhar melhor o vínculo entre educação e cultura, no sentido de fazer da escola um espaço de desenvolvimento cultural, não somente dos estudantes, mas das comunidades. Valorizar a cultura dos grupos sociais que vivem no campo; conhecer outras expressões culturais; produzir uma nova cultura, vinculada aos desafios do tempo histórico em que vivem educadores e educandos e às opções sociais em que estão envolvidos. (2004, p. 57).

Dessa forma, podemos entender que a proposta da Educação Campo parte do princípio de considerar os saberes dos diferentes sujeitos que vivem no campo, trabalhar as especificidades deste espaço, sem desconsiderar os bens culturais produzidos pela

humanidade. Nesse sentido evidenciamos a diferença entre o paradigma da educação rural, que não considera as especificidades deste meio, e se caracteriza por ser um “arremedo” da escola urbana, com o paradigma da Educação do Campo.

## Referências

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA Mônica. **Por uma educação do campo** (Orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo. Cortez. 1999.

MAIA, Eni Marisa. Educação Rural no Brasil: O que mudou em 60 anos? **Em Aberto**, Brasília, ano 1, n. 9 , setembro, 1982, Pp.27-33

SANTOS, José Antonio. O conceito de espaço rural e as políticas públicas de governo no Brasil. **Revista Discente Expressões Geográficas**, no 07, ano VII, p. 95 - 110. Florianópolis, junho de 2011. Acessado em <http://www.geograficas.cfh.ufsc.br> , 19/12/2012

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. O ensino de História no Meio Rural: Olhares e práticas. In. GUIMARÃES, Selva (Org.). **Ensinar e aprender História**: formação, saberes e práticas educativas. . Campinas, SP.. Editora Alínea. 2009.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. **Saberes e práticas de ensino de História em escolas rurais** (um estudo no município de Araguari, MG, Brasil) Dissertação (Mestrado em Educação) . Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2007.

SILVA, Lourdes Helena et.al. **Educação do campo em Minas Gerais** – sua história e desafios. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos>. Acesso em 30 de jan. 2011.

SLVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. O ensino de História no Meio Rural: Olhares e práticas. In. GUIMARÃES, Selva (Org.). **Ensinar e aprender História**: formação, saberes e práticas educativas. . Campinas, SP.. Editora Alínea. 2009.

WANDERLERY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia do mundo e as questões da sociedade no Brasil contemporâneo. **Rurais**: Revista do Centro de Estudos Rurais. Campinas: Unicamp, 2011.